ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Marcadores de Resiliência Infantil: Adequação do instrumento para uso em crianças com deficiência visual

Children's Resilience Markers: Adaptation of the instrument for use with visually impaired children

Marcadores de Resiliencia Infantil: Adecuación del instrumento para su uso en niños con discapacidad visual

Karina da Silva Oliveira
Universidade São Francisco, Bragança Paulista – SP, Brasil.
oliveira.karinadasilva@gmail.com

Giovana Venâncio Silva
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba – MG, Brasil.
giovanavenanciolt@gmail.com

Carolina Rosa Campos
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba – MG, Brasil.
carolinarosacampos@gmail.com

Recebido em 11 de dezembro de 2025
Aprovado em 25 de setembro de 2026
Publicado em 11 de novembro de 2026

RESUMO

A adaptação de instrumentos psicológicos sensíveis às demandas de crianças com deficiência constitui um avanço importante para a consolidação de uma Avaliação Psicológica Inclusiva. Nesse sentido, o estudo atual teve como objetivo desenvolver ferramentas de acessibilidade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) e avaliar a viabilidade de sua aplicação em crianças com deficiência visual, examinando a adequação das adaptações propostas, comparando os resultados obtidos entre crianças com deficiência visual (n = 7; M_idade = 10,57; DP = 1,40) e crianças sem deficiência visual (n = 42; M_idade = 7,50; DP = 1,99). O processo envolveu etapas qualitativas relacionadas ao desenvolvimento das ferramentas de acessibilidade, como a construção de audiodescrições, seguidas da análise semântica e das aplicações piloto. E de etapas quantitativas relacionadas às análises estatísticas inferenciais. Os resultados indicaram

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

que as crianças com deficiência visual compreenderam as situações apresentadas e se engajaram ativamente na tarefa, demonstrando que as estratégias de acessibilidade atenderam adequadamente às crianças com deficiência visual. Por sua vez, o grupo de crianças sem deficiência visual demonstrou positiva recepção e aproveitamento das mesmas ferramentas. Em conclusão, a comparação entre os grupos não revelou diferenças estatisticamente significativas tanto para a comparação de médias, quanto na classificação dos repertórios de resiliência, sugerindo a adequação e o potencial de aplicabilidade do MRI nos diferentes grupos. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o tamanho amostral e aprofundem análises psicométricas para o fortalecimento empírico do instrumento em diferentes contextos de deficiência.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica Inclusiva; Validade do Teste; Deficiência Visual.

ABSTRACT

The adaptation of psychological instruments to meet the needs of children with disabilities represents an important advancement in consolidating Inclusive Psychological Assessment. In this context, the present study aimed to develop accessibility resources for the Children's Resilience Markers (MRI) and evaluate the feasibility of its administration to children with visual impairments, examining the adequacy of the proposed adaptations by comparing the results obtained from children with visual impairments (n = 7; M_age = 10.57; SD = 1.40) and children without visual impairments (n = 42; M_age = 7.50; SD = 1.99). The process involved qualitative stages related to the development of accessibility resources, including the preparation of audio descriptions, followed by semantic analysis and pilot testing, as well as quantitative stages involving inferential statistical analyses. The results indicated that children with visual impairments understood the situations presented and actively engaged in the task, demonstrating that the accessibility strategies adequately addressed their needs. Likewise, the group of children without visual impairments showed positive reception and effective use of the same resources. In conclusion, comparisons between the groups revealed no statistically significant differences in either mean scores or the classification of resilience repertoires, suggesting the adequacy and potential applicability of the MRI across both groups. Future research should involve larger samples and more extensive psychometric analyses to strengthen the empirical evidence supporting the instrument in different disability contexts.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Keywords: Inclusive Psychological Assessment; Test Validity; Visual Impairment.

RESUMEN

La adaptación de instrumentos psicológicos sensibles a las necesidades de niños y niñas con discapacidad constituye un avance importante para la consolidación de una Evaluación Psicológica Inclusiva. En este sentido, el presente estudio tuvo como objetivo desarrollar recursos de accesibilidad para el instrumento Marcadores de Resiliencia Infantil (MRI) y evaluar la viabilidad de su aplicación en niños y niñas con discapacidad visual, examinando la adecuación de las adaptaciones propuestas mediante la comparación de los resultados obtenidos entre niños y niñas con discapacidad visual (n = 7; M_edad = 10,57; DE = 1,40) y sin discapacidad visual (n = 42; M_edad = 7,50; DE = 1,99). El proceso incluyó etapas cualitativas relacionadas con el desarrollo de recursos de accesibilidad, como la elaboración de audiodescripciones, seguidas del análisis semántico y las aplicaciones piloto, así como etapas cuantitativas relacionadas con análisis estadísticos inferenciales. Los resultados indicaron que los niños y las niñas con discapacidad visual comprendieron las situaciones presentadas y participaron activamente en la tarea, lo que demuestra que las estrategias de accesibilidad respondieron adecuadamente a sus necesidades. Por su parte, el grupo de niños y niñas sin discapacidad visual mostró una recepción positiva y un aprovechamiento satisfactorio de los mismos recursos. En conclusión, la comparación entre los grupos no reveló diferencias estadísticamente significativas ni en las puntuaciones medias ni en la clasificación de los repertorios de resiliencia, lo que sugiere la adecuación y el potencial de aplicabilidad del MRI en ambos grupos. Se recomienda que futuras investigaciones amplíen el tamaño de las muestras y profundicen en los análisis psicométricos para fortalecer la evidencia empírica del instrumento en diferentes contextos de discapacidad.

Palabras clave: Evaluación Psicológica Inclusiva; Validez del Test; Discapacidad Visual.

Introdução

Em contextos de adversidade, a compreensão sobre os processos de enfrentamento humano torna-se um tema importante para a Psicologia do Desenvolvimento e da Saúde. Um dos construtos que tem colaborado para a compreensão das respostas adaptativas diante de situações desafiadoras é a resiliência. Embora existam textos que sugiram a

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

associação à Física, uma vez que nesta área a resiliência era definida como a capacidade de um material retornar ao seu estado original após ser submetido a uma força deformadora (Silva Júnior, 1972). No campo psicológico, esse conceito foi ressignificado para designar a capacidade de um sistema dinâmico em adaptar-se positivamente diante de ameaças ao desenvolvimento, funcionamento e/ou sobrevivência (Masten, 2001, 2018, 2020).

Assim, a resiliência psicológica tem sido compreendida como um processo dinâmico, multidimensional e contextual, no qual a adaptação bem-sucedida não depende de uma resistência invulnerável, mas da mobilização de recursos internos e externos que favorecem o indivíduo a restabelecer-se diante de adversidades (Farchi et al., 2025; Oliveira, 2022; Rutter, 1987; Stainton et al., 2019; Yunes; Szymanski, 2001). De acordo com o modelo bioecológico de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979), esses recursos se expressam nas interações entre o indivíduo e os diversos contextos em que está inserido, como a família, a escola e a comunidade, tornando o estudo da resiliência relevante no desenvolvimento infantil (Santos-Vitti et al., 2023).

Considerada como uma etapa sensível do desenvolvimento humano, a infância consiste em um momento no qual adversidades podem produzir efeitos duradouros sobre o bem-estar emocional e psicológico (Oliveira, Campos & Peixoto , 2021). Por outro lado, fatores protetivos, dependentes de interações entre fatores individuais e contextuais, como vínculos afetivos, suporte social, autoestima, habilidades emocionais e escolares podem favorecer e fortalecer a construção de um repertório resiliente satisfatório (Denckla et al., 2020; Kuldas; Foody, 2022; Prince-Embury, 2014). No entanto, é importante destacar que esse processo não se desenvolve de forma linear, tampouco imune às circunstâncias. A resiliência não implica resistência, tampouco ausência do sofrimento, mas a capacidade de atravessá-lo de modo construtivo (Barlach, 2005, 2024; Brandão, Mahfoud; Gianordoli-Nascimento, 2011; Brandão; Nascimento, 2019; Cyrulnik, 1999).

Ao longo das últimas décadas, a literatura tem avançado na compreensão da resiliência em crianças, destacando o papel das experiências de vida iniciais no desenvolvimento desse construto (Rasmussen et al., 2019). No entanto, ainda são escassos os estudos que tratam do tema no contexto da deficiência, notadamente no que tange a deficiência visual. Essa condição, caracterizada por baixa visão ou cegueira, pode ser congênita ou adquirida, e envolve experiências singulares que impactam o desenvolvimento da autonomia, da comunicação, da escolarização e da construção da

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

identidade (Almeida; Araújo, 2013; Campos, Oliveira; Zaia., 2021). A deficiência visual impõe obstáculos adicionais para o desenvolvimento infantil, que podem ser enfrentados de maneira mais ou menos adaptativa, dependendo da presença de fatores protetivos individuais e contextuais.

Nesse sentido, compreender como a resiliência se manifesta em crianças com deficiência visual é fundamental para promover ações voltadas ao bem-estar e à inclusão. Apesar da importância do tema, nota-se que há uma lacuna significativa na produção científica brasileira sobre a avaliação da resiliência nesse grupo específico (Campos; Nakano, 2018). Além disso, poucos instrumentos psicológicos estão validados ou adaptados para pessoas com deficiência visual, o que limita a mensuração adequada do construto nessa população (Oliveira; Nunes, 2015). Por esta razão, esforços que sejam realizados em direção ao desenvolvimento de práticas de Avaliação Psicológica Inclusiva (Campos; Oliveira; Chueiri et al., 2022) são necessários e fundamentam o presente trabalho.

O instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) é um instrumento psicológico desenvolvido por Oliveira e Nakano (2021a) para avaliar o repertório resiliente de crianças entre 8 e 12 anos. Elaborado a partir do modelo teórico de Castillo Rodríguez et al. (2016), o teste considera a resiliência como resultado da interação entre seis elementos fundamentais, sendo eles, a vulnerabilidade, as estratégias de enfrentamento, a inteligência emocional, o bem-estar subjetivo, o *locus* de controle e as habilidades. O material é constituído de 22 itens, apresentados em formato de julgamento situacional. Os avaliandos são apresentados a breves histórias ilustradas em que devem indicar o que fariam para enfrentar a situação problema (Oliveira; Nakano, 2021b). As histórias foram construídas com base em vivências típicas do desenvolvimento infantil, tais como: manejar emoções, posicionar-se diante de seu grupo de pares, voluntariar-se para atividades escolares, lidar com perda e/ou com a avaria de objetos de terceiros e outras temáticas destas naturezas.

O MRI foi avaliado em diferentes populações vulneráveis, notadamente, considerando a vulnerabilidade socioeconômica (Oliveira et al., 2019), demonstrando bom potencial de identificar o repertório de adaptação de crianças em contextos rurais, de vulnerabilidade social e de condições sociais mais privilegiadas. Ainda assim, apesar de sua proposta acessível, lúdica e linguagem infantil, o MRI foi inicialmente desenvolvido de

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

modo a recrutar recursos visuais para a sua aplicação, ou seja: histórias ilustradas e textos, o que pode dificultar sua aplicação em crianças com deficiência visual.

A adaptação de instrumentos baseados em recursos visuais para pessoas com deficiência visual tem sido realizada por meio de estratégias como audiodescrição, descrição verbal estruturada e reorganização dos estímulos de apresentação (ABNT, 2016). Tais estratégias buscam preservar o conteúdo informacional essencial dos estímulos originais, garantindo que indivíduos com deficiência visual tenham acesso a mesma estrutura do item apresentado às crianças sem deficiências. As diretrizes de acessibilidade comunicacional indicam que descrições devem priorizar os elementos mais centrais ou representativos da cena ou da situação apresentada, evitando tanto a omissão quanto a sobrecarga descritiva (ABNT, 2016; Lima *et al.*, 2016; Silva Júnior *et al*., 2024). No que tange à avaliação psicológica, destaca-se ainda a necessidade de desenvolvimento e adaptação de instrumentos que considerem as necessidades e atendam às características dessa população, buscando assim o desenvolvimento de estratégias mais equitativas (Masini, 1995; Oliveira; Nunes, 2015).

Dessa forma, a presente pesquisa tem como propósito desenvolver ferramentas de acessibilidade para o MRI e avaliar a viabilidade de seu uso por crianças com deficiência visual, examinando tanto a necessidade, quanto a efetividade das adaptações propostas para esse público. Dadas as características do teste, isto é, a ludicidade e o conteúdo típico de vivências infantis, partiu-se da hipótese de que as crianças com deficiência visual compreenderiam adequadamente as situações apresentadas no instrumento e responderiam às tarefas de forma equivalente às crianças sem deficiência visual (Lima et al., 2016; Silva). Adicionalmente, hipotetizou-se que não haveria diferenças significativas entre os grupos quanto às diferenças de médias e às classificações de repertório resiliente, uma vez que a adaptação preservasse o conteúdo e a estrutura original do instrumento.

Cabe destacar que o estudo fundamenta-se em uma abordagem exploratória e descritiva, reconhecendo a relevância de práticas avaliativas inclusivas, acessíveis e culturalmente sensíveis, especialmente no contexto brasileiro, onde a produção científica voltada à adaptação de instrumentos para populações com deficiência visual ainda é escassa. Assim, o objetivo geral consiste em desenvolver ferramentas de acessibilidade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) e avaliar a viabilidade de sua aplicação em crianças com deficiência visual, examinando a adequação das adaptações

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

propostas, de modo a promover maior equidade no acesso à avaliação psicológica e fortalecer práticas e políticas inclusivas no campo da saúde mental infantil.

Método

Este estudo foi desenvolvido em etapas que abarcaram o processo de adaptação e análise do MRI para crianças com deficiência visual. As etapas metodológicas compreenderam: (a) a elaboração das descrições e audiodescrições das ilustrações do instrumento; (b) a avaliação dessas audiodescrições por juízas especialistas (validade de conteúdo); e (c) a implementação do material adaptado em um sistema digital acessível, seguida do estudo piloto.

Participantes

Para o estudo de validade de conteúdo das audiodescrições, participaram duas juízas especialistas na área da deficiência visual, sendo uma psicóloga e uma assistente social (M=42,50; DP=20,51) de uma cidade do interior de Minas Gerais. Em relação ao tempo de atuação profissional, ambas tinham mais de três anos de trabalho junto à população-alvo.

Para o estudo piloto, a amostra foi composta por 49 crianças brasileiras, com idades entre 8 e 12 anos (M = 8,00; DP = 2,22), divididas em dois grupos conforme a presença ou ausência de deficiência. O Grupo 1 incluiu 7 crianças com deficiência visual (M_idade = 10,57; DP = 1,40), todas matriculadas em escolas públicas do interior de Minas Gerais. Nesse grupo, 71,4% eram do sexo masculino e 28,6% do sexo feminino. Em relação à escolaridade, a maioria encontrava-se no 5º ano do Ensino Fundamental (57,1%), seguido pelo 4º ano (28,6%) e 3º ano (14,3%).

O Grupo 2 foi composto por 42 crianças sem deficiência (M_idade = 7,50; DP = 1,99), oriundas de diversas unidades da federação, com predominância do estado de São Paulo (66,7%). As demais crianças eram provenientes de Minas Gerais (7,1%), Rio Grande do Norte, Paraná e Rio de Janeiro (4,8%), Distrito Federal, Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Pará (2,4%). Quanto ao sexo, 54,8% eram meninos e 45,2% meninas. A maior parte estava matriculada na rede privada de ensino (78,6%), e os níveis de escolaridade variaram do 1o ano do Ensino Fundamental ao 7º ano do Ensino Fundamental (2,4%), com maior concentração no 1º ano (28,6%).

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Cabe destacar que os grupos não foram pareados quanto à idade, escolaridade ou tipo de escola frequentada. Essa configuração decorreu da disponibilidade de acesso à população com deficiência visual, cuja amostra é mais restrita em estudos empíricos. Sendo assim, o delineamento adotado possui caráter exploratório, tendo como objetivo verificar a viabilidade de aplicação do MRI em crianças com deficiência visual, e não realizar comparações normativas entre grupos equivalentes do ponto de vista desenvolvimental. Dessa forma, a comparação entre os grupos foi utilizada para observar possíveis discrepâncias expressivas na distribuição dos escores que pudessem indicar limitações na adaptação do instrumento.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico, elaborado pelas pesquisadoras, contendo questões referentes às seguintes informações sociodemográficas: sexo, idade, localidade, escolaridade, presença ou ausência de deficiência e, para os casos de presença de deficiência, grau e tipo de deficiência.

Questionário de avaliação de juízes, elaborado pelas pesquisadoras, contendo questões referentes às audiodescrições: qualidade e escrita do texto, tamanho e riqueza de detalhes, formato.

Marcadores de Resiliência Infantil - versão digitalizada (MRI-digital; Oliveira & Nakano, 2021): Trata-se de um instrumento que tem o propósito de avaliar o potencial resiliente em crianças com idades entre 8 e 12 anos. Esse instrumento foi elaborado a partir do modelo teórico de Castillo Rodríguez et al. (2016), que sugere que a resiliência é resultante da complexa interação de seis elementos: vulnerabilidade, estratégias de enfrentamento (*coping*), inteligência emocional, bem-estar subjetivo, locus de controle e habilidades. O MRI é caracterizado como um teste de julgamento situacional, composto por 22 itens apresentados por meio de breves histórias ilustradas. Cada uma dessas histórias possui um personagem, alternando entre Nino e Nina, cujas idades correspondem às dos participantes. A narrativa é interrompida quando a personagem precisa resolver a situação desafiadora comum do cotidiano infantil, e o avaliado deve escolher entre três opções de desfecho, selecionando aquela que melhor reflete sua abordagem caso fosse a personagem principal. As opções recebem pontuações de 0 a 2 de acordo com o desfecho escolhido, sendo elas consideradas inadequadas (0 ponto), neutra ou que resolve o

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

problema parcialmente (1 ponto) e adequada e resiliente (2 pontos). A ordem das opções é aleatória visando reduzir a identificação de padrões pelos respondentes e minimizar possíveis vieses de resposta, como a tendência a escolher a opção do meio ou dos extremos. Vale destacar que para o presente estudo, utilizou-se a versão digitalizada do MRI. Nesta versão, os avaliandos utilizam-se de celulares, computadores ou tablets para manusear o teste. Optou-se por esta versão do MRI a fim de garantir a acessibilidade por meio da gravação de áudio das instruções, dos itens e das opções de resposta e das ilustrações que compõem os itens.

Procedimento de coleta de dados

O processo de adaptação e aplicação do Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) para crianças com deficiência visual foi estruturado em três etapas principais, cada uma delas orientada para garantir a equivalência conceitual e funcional do instrumento. Os procedimentos foram conduzidos com o consentimento livre e esclarecido, por escrito, dos responsáveis legais, bem como com o assentimento das crianças participantes. Todas as fases seguiram os princípios éticos da Resolução 510/2016 e contaram com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE Confidenciado).

a) Elaboração das descrições e audiodescrições das ilustrações

A primeira etapa consistiu na elaboração das audiodescrições das 22 ilustrações originais do instrumento, realizadas pelas próprias pesquisadoras psicólogas com experiência em Avaliação Psicológica Inclusiva e em adaptação de instrumentos psicológicos para pessoas com deficiência visual. Embora não fossem audiodescritoras certificadas, as descrições foram produzidas com base nas diretrizes da norma brasileira de acessibilidade na comunicação (ABNT, 2016), com atenção à objetividade, seleção de elementos centrais da cena e preservação da equivalência funcional com o material original. Buscou-se evitar detalhes irrelevantes, redundâncias ou informações que pudessem distorcer a narrativa, assegurando que as crianças pudessem construir mentalmente a imagem com a mesma precisão presente pelo instrumento original. Posteriormente, todo o material foi submetido à avaliação de juízas especialistas com atuação profissional junto à população com deficiência visual, que exerceram papel de consultoria técnica, conforme previsto pela norma, avaliando a fidelidade, clareza,

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

adequação semântica e funcional das audiodescrições. As sugestões apresentadas foram incorporadas integralmente, resultando em uma versão final consensual para a aplicação piloto.

b) Avaliação das audiodescrições por juízas especialistas

Na segunda etapa, as audiodescrições foram submetidas à avaliação de duas juízas especialistas em deficiência visual e avaliação psicológica que analisaram a fidelidade das descrições às ilustrações originais, a precisão dos elementos narrativos, a consistência do vocabulário utilizado e a adequação ao objetivo do instrumento. A atuação das juízas teve como objetivo a avaliação de conteúdo e adequação funcional das audiodescrições, considerando critérios como clareza, fidelidade às ilustrações originais, relevância das informações selecionadas e potencial de compreensão pelo público-alvo. Esse procedimento buscou verificar se as descrições possibilitavam a construção imaginativa das cenas de forma compatível com os objetivos do instrumento, a partir de critérios técnicos e da experiência profissional das juízas com crianças com deficiência visual.

Ressalta-se que a avaliação realizada não se configurou como atuação formal de audiodescritores consultores nos moldes profissionais previstos pela ABNT NBR 16452:2016, mas como uma etapa de validação de conteúdo e funcionalidade no contexto da Avaliação Psicológica Inclusiva.

As juízas sugeriram ajustes em todas as audiodescrições, principalmente relacionados à redução de excesso de detalhes e à inclusão do símbolo oficial de audiodescrição conforme normas de acessibilidade. Após as revisões, uma segunda rodada de avaliação indicou consenso quanto à adequação da versão final, validando o material para a etapa piloto.

c) Implementação no sistema digital acessível e estudo piloto

A terceira etapa consistiu na incorporação do conteúdo das audiodescrições à plataforma digital com recursos de acessibilidade, seguida da aplicação piloto com crianças com e sem deficiência visual. A adequação do MRI em seu sistema digital acessível foi avaliada durante o estudo piloto, a partir da aplicação do instrumento em crianças com e sem deficiência visual, bem como por observações das pesquisadoras quanto à compreensão das instruções, fluidez da navegação e autonomia no uso. O sistema utilizado

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

não correspondeu a um software leitor de tela externo, mas a uma plataforma própria do instrumento, na qual instruções, histórias, opções de resposta e audiodescrições das imagens foram previamente gravadas em áudio e integradas à interface, permitindo navegação simples e independente, sem a exigência de familiaridade prévia com leitores de tela.

As aplicações ocorreram individualmente, em ambiente reservado e com duração média de 20 minutos. Durante a etapa piloto, registraram-se observações sobre a compreensão das narrativas, a fluidez no uso do sistema e o engajamento das crianças nas tarefas. Cabe destacar que as crianças do Grupo 1 acessaram o conteúdo exclusivamente por meio dos recursos auditivos disponibilizados pelo sistema. As crianças do Grupo 2 utilizaram o mesmo sistema adaptado, com acesso concomitante aos recursos auditivos e visuais. A disponibilização do conteúdo textual em sistema braile não foi contemplada no presente estudo, constituindo uma possibilidade a ser explorada em pesquisas futuras.

Procedimentos de análise de dados

Inicialmente, foi avaliada a adequação das audiodescrições junto ao grupo de juízes. As respostas foram analisadas a partir da indicação de adequação e das sugestões de alteração dos textos que representavam as figuras presentes no MRI. Em seguida, foram analisadas as respostas das crianças participantes do Grupo 1 - crianças com deficiências visuais. A análise se deu de forma qualitativa, considerando as observações e as experiências dos participantes sobre o uso do sistema digital do MRI e a qualidade das informações apresentadas (leitura dos textos e audiodescrição). A mesma proposta de análise qualitativa foi realizada com o Grupo 2 - crianças sem deficiência.

Posteriormente, realizaram-se a análises descritivas para os Grupos 1 e 2 buscando compreender as médias e desvios-padrão das pontuações brutas de cada grupo. Em seguida, as pontuações dos participantes foram classificadas de acordo com as normas do manual, de modo que se realizou a análise de frequência e porcentagem de participantes para cada uma das classificações de repertório apresentadas no manual técnico do MRI (Oliveira; Nakano, 2021).

Após estas ações, foram observados os princípios de normalidade e homogeneidade da amostra a fim de compreender se a análise empregada deveria ser

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

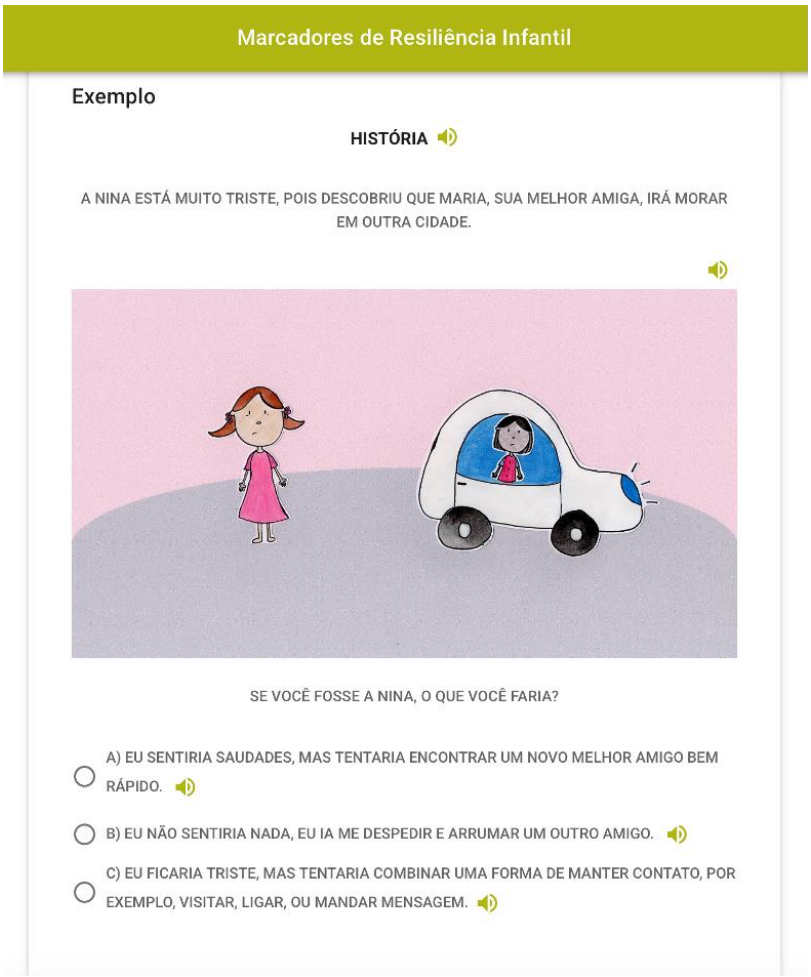
paramétrica ou não paramétrica. A partir desta análise, verificou-se a diferença entre médias entre os grupos. Foram consideradas diferenças significativas, quando o valor de p foi igual ou inferior a 0,05. Complementarmente, para comparar a distribuição das categorias de classificação do repertório de resiliência do MRI entre os grupos, foram aplicados o teste do qui-quadrado de independência e, considerando o tamanho reduzido da amostra e as baixas frequências esperadas em algumas células, também o teste exato de Fisher (McHugh, 2013).

Resultados

Inicialmente, buscou-se compreender se as audiodescrições desenvolvidas eram adequadas para favorecer a construção imaginativa das figuras que compõem o MRI. O teste possui 22 histórias ilustradas cujas audiodescrições foram avaliadas por juízes especialistas. As juízas realizaram a primeira avaliação das 22 audiodescrições e indicaram ajustes em todas as histórias analisadas, com relação à redução do nível de detalhamento da descrição das ilustrações. Isso foi necessário de modo a evitar o excesso de informações e destacar apenas os elementos principais de cada imagem, como as características mais marcantes dos personagens e do cenário. Também houve sugestões relacionadas à substituição do símbolo de áudio tradicional utilizado na plataforma digital do MRI pelo símbolo de audiodescrição recomendado pela norma ABNT (2016) referente à acessibilidade na comunicação. Após a adequação das questões indicadas pelas juízas, realizou-se nova avaliação dos conteúdos para verificar a adequação e concordância de que o instrumento estivesse adequado. Neste momento, não foram indicadas alterações e foi considerada uma versão final para a realização do estudo piloto. A Figura 1 apresenta um dos itens do MRI, a saber o item exemplo, acompanhado de sua ilustração.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Figura 1 – Item identificado como “História exemplo” do MRI.



Fonte: Oliveira e Nakano, 2021a.

A audiodescrição final do item “História exemplo” se deu da seguinte forma: “A ilustração mostra Nina, uma menina de cabelo castanho, liso e preso, usando um vestido rosa. Ao seu lado, há um carro branco. Dentro do carro está Maria, que usa uma blusa rosa com mangas azuis e tem o cabelo preto e curto. Maria está partindo. O fundo da imagem forma um caminho a ser seguido”.

Posteriormente, foram analisadas as observações e experiências relatadas pelas crianças do Grupo 1 ao serem expostas ao sistema digital do MRI. As crianças com deficiência visual não indicaram dificuldades em operar o sistema ou acessar os recursos de áudio disponíveis. Os relatos indicaram que as crianças com deficiência visual utilizaram o sistema com facilidade e compreenderam adequadamente as situações apresentadas.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Semelhantemente, o Grupo 2 não demonstrou dificuldades em utilizar as ferramentas disponíveis. Notou-se que mesmo crianças pertencentes ao Grupo 2 que não estavam plenamente alfabetizadas beneficiaram-se dos recursos audiovisuais apresentados no material. Cabe ressaltar que as crianças de ambos os grupos foram acompanhadas de um aplicador, que colaborou para o processo de acolhimento, compreensão e uso do sistema digital.

Em seguida, foram realizadas as análises descritivas para compreensão das características da amostra de participantes. Observou-se que as pontuações do Grupo 2 (M = 33,48; DP = 7,60) foram ligeiramente superiores à média do Grupo 1 (M = 32,71; DP = 8,12). Também é possível notar que as variações entre as pontuações mínimas e máximas tiveram um intervalo maior para o Grupo 2 (11 a 44 pontos) em comparação ao Grupo 1 (19 a 43 pontos). Isso sugere que os Grupos 1 e 2 apresentam boa variabilidade de repertório resiliente. Estas informações estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação da pontuação bruta do MRI por grupo

Grupo	N	Pontuação Bruta (M ± DP)	Mínimo	Máximo
Crianças com deficiência visual	7	32,71 ± 8,12	19	43
Crianças sem deficiência	42	33,48 ± 7,60	11	44

Fonte: elaborada pelas próprias autoras, 2025.

Dada a aparente variabilidade de repertório resiliente presente na amostra, foram observados os dados referentes à frequência das classificações obtidas pelos participantes. A Tabela 2 apresenta a distribuição das classificações de repertório atribuídas pelo MRI. No grupo com deficiência visual, a maioria das crianças foi classificada com repertório esperado (42,9%) ou muito bom (28,6%), indicando níveis adequados ou elevados de resiliência. Apenas uma criança foi classificada com repertório muito baixo (14,3%), e nenhuma com baixo repertório. Por outro lado, no grupo sem deficiência, a maior parte também foi classificada com repertório muito bom (38,1%), seguida de repertório

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

esperado (26,2%) e bom repertório (19,0%). Neste grupo, observou-se ainda a presença de crianças com repertório muito baixo (9,5%) e baixo repertório (7,1%).

Tabela 2 – Classificação do repertório de resiliência do MRI por grupo

Classificação	**Com deficiência visual (n = 7)**	**%**	**Sem deficiência (n = 42)**	**%**
Repertório muito baixo	1	14,30	4	9,50
Baixo repertório	0	0,00	3	7,10
Repertório esperado	3	42,90	11	26,20
Bom repertório	1	14,30	8	19,00
Repertório muito bom	2	28,60	16	38,10

Fonte: elaborada pelas próprias autoras, 2025.

Quanto a análise da normalidade e da homogeneidade da amostra, observou-se que tanto o teste de Shapiro-Wilk (W=0.93; p=0,55) quanto o teste de Brown-Forsythe (F=0,001; DF1=1; DF2=47; p=0,97) indicaram que a estratégia paramétrica seria mais adequada uma vez que não foi violada a normalidade dos dados. Assim, observou-se que os resultados referentes ao teste de diferenças de médias, isto é, o teste t, indicou a ausência de diferença entre os grupos (T=0.24; DF=47; p=0,81).

Ainda, a análise dos resultados referentes à comparação entre os grupos com deficiência visual (n = 7) e sem deficiência (n = 42), notadamente, à classificação do repertório de resiliência no MRI não indicou diferenças estatisticamente significativas. O

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

teste do qui-quadrado de independência mostrou que a distribuição das categorias (muito baixo, baixo, esperado, bom e muito bom) não variou de forma significativa entre os grupos, $\chi^2(4, N = 49) = 1,44$, $p = 0,84$. Considerando as baixas frequências em algumas classificações, também foi conduzido o teste exato (simulação Monte Carlo), que igualmente não revelou associação significativa, $p = 0,77$. Esses resultados sugerem que, nesta amostra, a presença de deficiência visual não esteve associada a diferenças na classificação do repertório de resiliência infantil.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo desenvolver ferramentas de acessibilidade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) com foco em crianças com deficiência visual e verificar sua adequação, comparando os resultados obtidos com aqueles de crianças sem deficiência. Os achados podem ser compreendidos à luz da concepção de resiliência entendida como um processo dinâmico e contextual que emerge da interação entre características individuais e oportunidades ambientais (Bronfenbrenner, 1979; Masten, 2018; Oliveira, 2022; Rutter, 1987). Nesse sentido, ao avaliar a experiência das crianças com deficiência visual e contrastar seus resultados com os de crianças sem deficiência visual, buscou-se verificar se os recursos adaptativos descritos pela literatura, tais como estratégias de enfrentamento, habilidades emocionais, apoio social e repertórios desenvolvimentais (Denckla et al., 2020; Prince-Embury, 2014; Yunes; Szymanski, 2001), seriam igualmente acessíveis e mensuráveis quando garantidas condições adequadas de participação. Assim, a interpretação dos resultados incorpora não apenas a análise técnica das adaptações, mas também o entendimento de que a resiliência, enquanto processo, depende de contextos inclusivos que permitam à criança mobilizar seus recursos e demonstrar seu potencial adaptativo.

A etapa de adaptação do instrumento evidenciou a importância de cuidados específicos na forma como os estímulos visuais são convertidos em linguagem acessível, o que torna o processo de audiodescrição um elemento central na adequação do MRI. Nesse sentido, as contribuições das juízas especialistas foram essenciais nesse momento. Durante a adaptação, elas recomendaram reduzir o nível de detalhamento das descrições físicas dos personagens e do ambiente, concentrar-se nos personagens principais e optar por descrições mais concisas, com extensão reduzida. Tais apontamentos seguem os

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

princípios gerais da ABNT NBR 16452 e as recomendações das juízas especialistas, com o objetivo de evitar sobrecarga auditiva e favorecer a compreensão pelo público infantil.

Cabe destacar que as escolhas relacionadas ao nível de detalhamento das audiodescrições não decorreram de prescrição normativa quanto à extensão, mas de uma decisão técnica fundamentada na literatura da área, que enfatiza a capacidade de comunicar o essencial sem comprometer a compreensão da cena, assim como apontam Lima et al., 2016 e Silva et al. (2024).

Mesmo com esses cuidados, observou-se que algumas crianças do grupo 1 apresentaram leve fadiga e dispersão durante a audiodescrição dos itens finais, embora esse fator não tenha comprometido o desempenho geral na aplicação. Esse dado reforça a importância de buscar equilíbrio entre a riqueza de detalhes e a fluidez da escuta, de modo a preservar a atenção e o envolvimento da criança ao longo da atividade.

A audiodescrição deve ser capaz de preencher lacunas de compreensão sem comprometer a autonomia e a qualidade da narração. Desse modo, essa técnica tem justamente a função de traduzir o conteúdo visual em uma representação mental, o que se alinhou ao objetivo desta etapa, a qual consistiu em possibilitar que as crianças ativassem seu potencial imaginativo diante das imagens descritas, de modo a construírem mentalmente as cenas, se colocar no lugar dos personagens e pensar sobre os possíveis modos de lidar com as adversidades apresentados em cada item do instrumento.

Após essa etapa de adaptação e aprimoramento da audiodescrição, procedeu-se à análise semântica, conduzida a partir dos comentários das juízas especialistas, a fim de avaliar a clareza dos itens em relação ao público-alvo. Observou-se que, por meio da adaptação do instrumento, as crianças com deficiência visual conseguiram atribuir sentido às situações apresentadas e reconhecer nelas elementos característicos do cotidiano infantil, retratados nas histórias e nas audiodescrições das imagens. Esse resultado sugere que o instrumento adaptado demonstra sensibilidade à vivência concreta da infância, inclusive em contextos de deficiência. Isso reforça a ideia de que, embora essa condição possa representar um desafio, os outros sentidos, como a audição, podem ser potencializados (Roberts, 1996; Bizerra et al., 2012) o que favorece a interação da criança

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

com o ambiente e com instrumentos de avaliação quando estão devidamente adaptados (Campos; Oliveira, 2019).

Já em relação aos resultados das aplicações e à relevância dentro do contexto da inclusão, verificou-se que as médias de repertório resiliente do Grupo 1 (crianças com deficiência visual) e do Grupo 2 (crianças sem deficiência visual) foram próximas, não havendo diferenças estatisticamente significativas. Tais resultados evidenciam que o instrumento adaptado manteve sua capacidade discriminativa e sensibilidade ao construto avaliado, mesmo diante de diferentes condições de desenvolvimento. Esse achado reforça a importância de processos rigorosos de adaptação, uma vez que permitem a avaliação de construtos psicológicos em populações minorizadas e historicamente excluídas de práticas avaliativas.

Assim, adaptar um instrumento é também um modo de democratizar o acesso à avaliação psicológica e de reconhecer a diversidade como dimensão legítima do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, Freires; Guerra; Nascimento (2022) ressaltam que a consolidação da Avaliação Psicológica no Brasil vem se alinhando a uma perspectiva de justiça social, compreendendo a avaliação não como um procedimento meramente técnico, mas como um ato político capaz de transformar desigualdades. Diante disso, cresce entre os profissionais da Psicologia a preocupação em tornar os processos avaliativos mais acessíveis e responsivos às especificidades dessa população (Campos; Oliveira; Chueiri et al., 2022).

Sob uma perspectiva mais ampla, os achados deste estudo dialogam com debates contemporâneos sobre avaliação psicológica inclusiva e justiça social. Historicamente, muitos instrumentos psicológicos foram desenvolvidos a partir de referenciais normativos que nem sempre contemplam a diversidade de experiências humanas, especialmente de grupos minorizados. Nesse sentido, iniciativas de adaptação de instrumentos, como a realizada no presente estudo, representam não apenas um avanço metodológico, mas também um compromisso ético com a ampliação do acesso à avaliação psicológica de qualidade. Promover instrumentos acessíveis e sensíveis às diferentes condições de desenvolvimento contribui para práticas profissionais mais equitativas, alinhadas aos princípios de inclusão, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência.

Portanto, ao garantir condições para a participação e expressão das crianças com deficiência visual no processo de avaliação psicológica, torna-se possível identificar suas

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

potencialidades e fragilidades de maneira mais fidedigna, o que amplia as possibilidades de intervenção e de promoção de um desenvolvimento saudável amparado pelo construto da resiliência. Como destaca Masini (1995), oferecer igualdade de oportunidades na avaliação implica também garantir a qualidade e a confiabilidade dos instrumentos utilizados, respeitando as especificidades sensoriais e cognitivas dessas crianças. Isso permite, então, segundo a mesma autora, revelar as reais potencialidades e limitações no desempenho das crianças, sendo possível a elaboração de programas de intervenção cada vez mais precoces e mais assertivos.

Em consonância, os resultados encontrados, em especial na proximidade das médias do repertório resiliente entre Grupo 1 e Grupo 2, reforçam essa discussão, indicando que, quando as condições de acessibilidade e participação são devidamente garantidas, é possível mensurar de forma eficiente os recursos adaptativos e de enfrentamento dessa população.

Dessa forma, o presente estudo indica que o instrumento adaptado não apenas se mostra adequado ao público-alvo avaliado, mas também, a partir da mensuração do construto, a adaptação oferece caminhos para pensar em estratégias bem-sucedidas de intervenção (Quintão et al., 2022) que promovam o fortalecimento e o desenvolvimento da resiliência em crianças com deficiência visual.

No que se refere à relação entre a resiliência e as crianças com deficiência visual, os dados que indicam repertórios majoritariamente bons e esperados entre as participantes do Grupo 1 demonstram que a presença da deficiência visual, por si só, não constitui um fator limitante para o desenvolvimento da resiliência. Esses achados sugerem que as diferenças sensoriais não impedem o desenvolvimento de repertórios psicológicos adaptativos, corroborando a concepção de que esse construto emerge de interações dinâmicas entre fatores individuais e contextuais (Masten, 2018; Rutter, 1987; Yunes; Szymanski, 2001).

Nessa perspectiva, estudos indicam que o desenvolvimento de pessoas com deficiência visual depende fortemente das oportunidades sociais, educacionais e afetivas às quais têm acesso (Amorim, 2006; Kastrup et al., 2009), sendo igualmente influenciado, conforme apontam os mesmos autores, pela forma como o próprio sujeito e sua família percebem e manejam a deficiência. Assim, pode-se afirmar que contextos familiares e institucionais que promovem a autonomia e a participação ativa da criança tendem a

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

favorecer não apenas seu desenvolvimento pessoal e social, mas também o fortalecimento de processos resilientes.

Todavia, é importante ressaltar que o presente estudo não investigou diretamente as condições de inclusão social, educacional ou familiar das crianças participantes. Dessa forma, não é possível afirmar que os repertórios resilientes observados estejam associados, de maneira direta, à presença de contextos plenamente inclusivos ou adaptados. A literatura aponta que o desenvolvimento da resiliência em crianças com deficiência visual pode ser influenciado por múltiplos fatores, incluindo suporte familiar, oportunidades educacionais acessíveis e redes de apoio social (Denckla et al., 2020). Investigações futuras poderão aprofundar essa relação, incorporando medidas específicas de inclusão escolar, acessibilidade e participação social.

Logo, a adaptação de instrumentos psicológicos voltados a crianças com deficiência visual se insere como uma ação concreta que reflete esse compromisso, consolidando uma Avaliação Psicológica pautada em práticas inclusivas e na garantia de condições equitativas de participação em seus processos, de modo a reconhecer suas particularidades e potencializar as capacidades dessas crianças em seus contextos reais de desenvolvimento.

Por fim, pode-se afirmar que de modo geral, os resultados obtidos nesta pesquisa confirmaram as hipóteses previamente formuladas. Isto porque, verificou-se que as crianças com deficiência visual compreenderam adequadamente as situações apresentadas pelo MRI e responderam às tarefas de maneira semelhante às crianças sem deficiência, o que indica que as adaptações realizadas foram efetivas para preservar a estrutura, o conteúdo e a lógica do instrumento (Oliveira; Nakano, 2021a, 2021b).

A ausência de diferenças significativas tanto nas médias quanto nas classificações de repertório resiliente sugere que a presença da deficiência visual, por si só, não limita a mobilização dos recursos adaptativos descritos pela literatura do campo da resiliência, compreendida como um processo dinâmico, contextual e sustentado por interações entre características individuais e ambientes de desenvolvimento (Masten, 2018; Rutter, 1987; Yunes; Szymanski, 2001). Esses achados reforçam que fatores protetivos, tais como: apoio social, habilidades emocionais e repertórios desenvolvimentais (Denckla et al., 2020; Prince-Embury, 2014) podem ser adequadamente identificados quando são garantidas condições de acessibilidade e participação. Assim, os resultados apontam para a

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

viabilidade do uso do MRI adaptado como ferramenta de avaliação inclusiva e para seu potencial em apoiar práticas clínicas e educacionais que promovam o fortalecimento de processos resilientes em crianças com deficiência visual.

Considerações Finais

O estudo apresentou evidências preliminares de que a adaptação do Marcadores de Resiliência Infantil para crianças com deficiência visual é viável e adequada, preservando a estrutura conceitual do instrumento e favorecendo a compreensão das situações avaliadas. As etapas de elaboração das audiodescrições, validação por juízas especialistas e implementação do sistema digital acessível mostraram-se fundamentais para assegurar a equivalência funcional entre a versão original e a adaptada.

Os resultados obtidos indicaram que as crianças com deficiência visual apresentaram repertórios de resiliência semelhantes aos das crianças sem deficiência visual, sugerindo que o instrumento adaptado manteve sua sensibilidade ao construto avaliado. A ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos reforça o potencial de aplicabilidade do MRI nesse público, contribuindo para a promoção de práticas avaliativas mais inclusivas e alinhadas às diretrizes contemporâneas de direitos humanos e acessibilidade.

Como limitações, destaca-se que as audiodescrições não foram elaboradas por audiodescritores profissionais certificados, embora tenham sido avaliadas e validadas por especialistas na área, o que será considerado em estudos futuros. Além disso, destaca-se a ausência de equivalência etária e pedagógica entre os grupos comparados, uma vez que as crianças com deficiência visual apresentavam idade média e nível escolar superiores aos das crianças sem deficiência. Ressalta-se, contudo, que a comparação entre os grupos teve como objetivo examinar a adequação funcional do MRI adaptado e a compreensão das situações apresentadas, e não estabelecer equivalência de desempenho psicológico ou escolar. Considerando que o instrumento se baseia em julgamentos situacionais ancorados em vivências cotidianas do desenvolvimento infantil, e não em conteúdos curriculares específicos, entende-se que essa heterogeneidade não inviabiliza as análises realizadas, embora deva ser controlada em estudos futuros com amostras mais equivalentes.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

Além disso, reconhece-se a importância da reflexão sobre a posição das pesquisadoras na produção do conhecimento científico, especialmente em estudos envolvendo populações historicamente minorizadas. Embora nenhuma das autoras possua deficiência visual, o estudo foi conduzido com base em literatura especializada e em princípios de avaliação psicológica inclusiva, buscando garantir rigor metodológico e sensibilidade às especificidades da população investigada. Ainda assim, destaca-se a relevância de que pesquisas futuras incorporem abordagens participativas e colaborações com pesquisadores ou consultores com deficiência, ampliando a diversidade de perspectivas na construção do conhecimento.

Recomenda-se também que estudos futuros ampliem o tamanho amostral, diversifiquem os contextos de coleta e aprofundem análises psicométricas voltadas à validade, precisão e invariância entre grupos. Investigações adicionais poderão fortalecer a robustez empírica do MRI adaptado, bem como subsidiar novas iniciativas de adaptação de instrumentos psicológicos para populações com deficiência.

Referências

ABNT. **ABNT NBR 16452**: acessibilidade na comunicação: audiodescrição. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/ABNT%20-%20Acessibilidade.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.

ALMEIDA, Tamires Silva; ARAUJO, Felipe Vasconcelos. Diferenças experimentais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida: uma breve apreciação. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2013. DOI: 10.16891/24. Disponível em: https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/411. Acesso em: 8 dez. 2025.

AMORIM, Minerva Leopoldina Castro. Construção e adaptação de um teste de atenção para indivíduos com deficiência visual: estudo baseado no teste de atenção de Bams. 2006. Dissertação (Mestrado em Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2006.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

BARLACH, Lisete. **O que é resiliência humana?**: Uma contribuição para a construção do conceito. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. DOI: https://doi.org/10.11606/D.47.2005.tde-19062006-101545. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006-101545/publico/LiseteBarlach.pdf. Acesso em: 8. dez. 2025.

BARLACH, Lisete. A popularização do conceito de resiliência e sua distorção. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 2, p. 189-204, 2024. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/224460/211089. Acesso em: 08. dez. 2025.

BIZERRA, Alessandra Fernandes et al. Conversas de aprendizagem em museus de ciências: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia?. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 25, n. 42, p. 57–73, 2012. DOI: 10.5902/1984686X4341. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4341. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRANDÃO, Juliana Mendanha; MAHFOUD, Miguel; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, São Paulo, v. 21, n. 49, p. 263–271, 2011.Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/X8smHqGPJnV9jWTCYTmTmrx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 8. dez. 2025.

BRANDÃO, Juliana Mendanha; NASCIMENTO, Elizabeth. Resiliência psicológica:da primeira fase às abordagens baseadas em trajetória. **Memorandum: Memória e História em Psicologia,** [S. l.], v. 36, p. 1–31, 2019. DOI: 10.35699/1676-1669.2019.6875. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6875. Acesso em: 8. dez. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development:** Experiments by nature and design**.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

CAMPOS, Carolina Rosa; OLIVEIRA, Karina da Silva; CHUEIRI, Mary Stela Ferreira**.** Avaliação psicológica inclusiva: diferenças do processo de avaliação psicológica

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

tradicional. In: CAMPOS, Carolina Rosa; CHUEIRI, Mary Stela Ferreira (Orgs.). **Avaliação psicológica inclusiva**: contexto clínico. São Paulo: Artesã Editora, 2022. p. 17–30.

CAMPOS, Carolina Rosa; OLIVEIRA, Cassandra Melo. Desenvolvimento de instrumentos psicológicos para população com deficiência. In: CAMPOS, Carolina Rosa; NAKANO, Tatiana de Cassia (org.). **Avaliação psicológica direcionada a populações específicas**: técnicas, métodos e estratégias. São Paulo: Vetor Editora, 2019.v. 2.,p. 9–30.

CAMPOS, Carolina Rosa; OLIVEIRA, Karina da Silva; ZAIA, Priscila. Criatividade de crianças com deficiência visual e normovisuais: um estudo comparativo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Criatividade e Inovação**, Campinas, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 151–162, 2021.Disponível em: https://recriai.emnuvens.com.br/revista/article/view/47 Acesso em: 8. dez. 2025.

CAMPOS, Carolina Rosa; NAKANO, Tatiana de Cassia. Escala de inteligencia de niños con discapacidad visual – versión profesional: rendimiento por tipo y grado de discapacidad. REXE – **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, Chile, v. 17, p. 15–29, 2018.Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/2431/243155021012/ Acesso em: 8. dez. 2025.

CASTILLO RODRÍGUEZ, José Antonio García del et al.Conceptualización teórica de la resiliencia psicosocial y su relación con la salud. **Health and Addictions / Salud y Drogas**, Espanha, v. 16, n. 1, p. 59–68, 2016. DOI: https://doi.org/10.21134/haaj.v16i1.263. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320898098_Conceptualizacion_teorica_de_la_resiliencia_psicosocial_y_su_relacion_con_la_salud Acesso em: 8. dez. 2025.

CYRULNIK, Boris. La résilience: un espoir inattendu. In: CYRULNIK, Boris; POILPOT, Marie-Pierre (org.). **Souffrir et se construire**. Toulouse: Éditions Érès, 1999. p. 13–24.

RASMUSSEN, Pernille Darling et al. Attachment as a core feature of resilience: a systematic review and meta-analysis**. Psychological Reports**, Estados Unidos, v. 122, n. 4, p. 1259–1296, 2019. DOI:https://doi.org/10.1177/0033294118785577.Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29958512/ Acesso em: 8. dez. 2025.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

DENCKLA, Christy A. et al. Psychological resilience: an update on definitions, a critical appraisal, and research recommendations. **European Journal of Psychotraumatology,** Estados Unidos, v. 11, n. 1, 1822064, 2020. DOI:https://doi.org/10.1080/20008198.2020.1822064. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20008198.2020.1822064#d1e324 Acesso em: 8. dez. 2025.

FREIRES, Leogildo Alves; GUERRA, Valeschka Martins; NASCIMENTO, Andrea dos Santos.Desafios e Proposições para a Avaliação Psicológica com Grupos Minorizados: (Des)alinhamentos Sociopolíticos. **Avaliação Psicológica,** Campinas , v. 21, n. 4, p. 383-396, dez. 2022 .DOI: https://doi.org/10.15689/ap.2022.2104.24166.02. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712022000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08. dez. 2025.

KASTRUP, Virgínia et al. O aprendizado da utilização da substituição sensorial visuo-tátil por pessoas com deficiência visual: primeiras experiências e estratégias metodológicas. **Psicologia & Sociedade,** Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 256–265, maio 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/p45YGLtwfjXnKD4k6dZLfwj/abstract/?lang=pt Acesso em: 8. dez. 2025.

KULDAS, Seffetullah; FOODY, Mairéad. Neither Resiliency-trainor resilience-state: transactional resiliency/e. **Youth & Society,** [S.l.], v. 54, n. 8, p. 1352–1376, 2022. DOI: https://doi.org/10.1177/0044118X211029309. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0044118X211029309 Acesso em: 8. dez. 2025.

LIMA, Francisco Jose; LIMA, Rosângela A. F.; VIEIRA, Paulo A. M. **O traço de união da audiodescrição:** versos e controvérsias. In: ENCONTROS NACIONAL DE ÁUDIO-DESCRIÇÃO EM ESTUDO, 2., 2016, Alagoas. **Anais eletrônicos**... Alagoas, ENADES, 2016. Disponível em: https://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/o-traco-de-uniao-da-audiodescricao-versos-e-controversias. Acesso em: 8. dez. 2025.

MASINI, Elcie F. Salzano. Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, v. 76, n. 184, 1 jun. 1995. Disponível em:

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

https://pdfs.semanticscholar.org/76c4/3eb759ae446da23d2bc183906ea28b37a841.pdf Acesso em: 8. dez. 2025.

MASTEN, Ann S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, [S.l.], v. 56, n. 3, p. 227–238, 2001. DOI:https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227.Disponível em: https://ocfcpacourts.us/wp-content/uploads/2020/06/Ordinary_Magic_Resilience_Process_000935.pdf Acesso em: 8. dez. 2025.

MASTEN, Ann S. Resilience theory and research on children and families: past, present, and promise.**Journal of Family Theory & Review**, [S.l.] ,v. 10, n. 1, p. 12–31, 2018. DOI: https://doi.org/10.1111/jftr.12255. Acesso em: 8. dez. 2025.

MASTEN, Ann S. Resilience of children in disasters: a multisystem perspective. **International Journal of Psychology,** [S.l.] ,v. 56, n. 1, p. 1–11, 2020. DOI: https://doi.org/10.1002/ijop.12737. Acesso em: 8. dez. 2025.

McHUGH, Mary L. The chi-square test of independence. **Biochemia Medica,** Zagreg, Croácia, v. 23, n. 2, p. 143–149, 2013. DOI: https://doi.org/10.11613/BM.2013.018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253336860_The_Chi-square_test_of_independence Acesso em: 8. dez. 2025.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação**. Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 886–899, jul. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/LTrpbm5qXnwJpNzYKWs6pWJ/?lang=pt Acesso em: 8. dez. 2025.

OLIVEIRA, Karina da Silva. Resiliência na infância: promoção e avaliação clínica. In: GORAYEB, Ricardo, MIYAZAKI, Cristina, & TEODORO, Maycoln (org.). **PROPSICO – Programa de Atualização em Psicologia Clínica e da Saúde**: ciclo 6. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2022. p. 147–182.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

OLIVEIRA, Karina da Silva; CAMPOS, Carolina Rosa; PEIXOTO, Evandro Moraes. Avaliação de multitraços e por multimétodos em crianças e adolescentes. In: ALVES, Marcela Mansur et al. (org.). Avaliação psicológica na infância e adolescência. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021. p. 131–150.

OLIVEIRA, Karina da Silva; NAKANO, Tatiana de Cassia. Desenvolvimento e investigação de evidências de validade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil. **Psico-USF**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 737–749, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413/82712020250412. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/cTFrG6zgcxXZvdFNTnJXXNS/abstract/?lang=pt Acesso em: 8. dez. 2025.

OLIVEIRA, Karina da Silva; NAKANO, Tatiana de Cassia. Investigação das qualidades psicométricas de um instrumento de avaliação da resiliência infantil. **Revista de Psicologia: Teoria e Prática,** São Paulo, v. 23, p. 1–23, 2021. DOI: https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPPA13111. Acesso em: 8. dez. 2025.

OLIVEIRA, Karina da Silva; NAKANO, Tatiana de Cassia. **Marcadores de Resiliência Infantil**: manual técnico. São Paulo: Hogrefe, 2021. 126 p.

OLIVEIRA, Karina da Silva; NAKANO, Tatiana de Cassia; SILVA, Gisele Maria da Silva. Children's Resilience Markers:Criterion-based validity evidences. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 36, p. e180142, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/vcJj7rtRRYt35jPJQyzFsqt/abstract/?lang=pt Acesso em: 8. dez. 2025.

PRINCE-EMBURY, Sandra.Three-factor model of personal resiliency and related interventions. In: PRINCE-EMBURY, Sandra; SAKLOFSKE, Donald H. (ed.). **Resilience interventions for youth in diverse populations**. New York: Springer Science; Business Media, 2014. p. 25–57. DOI:https://doi.org/10.1007/978-1-4939-0542-3_3. Acesso em: 8. dez. 2025.

QUINTÃO, Cassiana Saraiva; AIELLO, Ana Lúcia Rossito; GIL, Maria Stella Coutinho de Alcântara. Avaliação do desenvolvimento de crianças com baixa visão: adaptação preliminar do Inventário Portage Operacionalizado. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v.

ISSN: 1984-686X | http://dx.doi.org/10.5902/1984686X94779

27, n. 63, 2021. Disponível em:https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/839. Acesso em: 8. dez. 2025.

ROBERTS, Alvin. **Reabilitação psicossocial do cego**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**, [S.l.], v. 57, n. 3, p. 316–331, 1987. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3303954/ Acesso em: 8. dez. 2025.

SANTOS-VITTI, Laís et al. Resiliência e seu impacto na saúde e no desenvolvimento infantil. In: FARO, André. et al. (org.) **Pesquisas em psicologia, saúde e sociedade.** São Paulo: Edições Concern, 2023. p. 91-112.

SILVA JUNIOR, Jayme Ferreira da. **Resistência dos materiais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972.

SILVA JÚNIOR, João Pedro da; PITA, Fábia Halana Fonseca Rodrigues; et al. **A importância da audiodescrição no contexto universitário: relato de experiência de um estudante com deficiência visual**. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CINTEDI**, 5., 2024. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024.https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108219

STAINTON, Alexandra et al. Resilience as a multimodal dynamic process. **Early Intervention in Psychiatry**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 725-732, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1111/eip.12726. Acesso em: 8. dez. 2025.

YUNES, Maria Angela Mattar; SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, José (org.). **Resiliência e educação.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).